

uso intensivo da terra, e em capital, com destaque para sementes geneticamente modificadas, insumos químicos e mecanização. Vale ressaltar que esse processo não foi natural, mas induzido e mesmo imposto por meio das políticas públicas de extensão, pesquisa, ensino e crédito, que têm contribuído para uma preocupante erosão do conhecimento e da cultura dos agricultores tradicionais, que os levam a aderir ao modelo convencional de maneira precária e, muitas vezes, extremamente impactantes sobre o ambiente, através de queimadas, redução da biodiversidade e, principalmente, do uso dos agrotóxicos.

O conhecimento científico, representado pelas universidades e instituições de pesquisa, por ainda estar preso e comprometido com as tecnologias associadas à chamada “Revolução Verde” e os seus “Pacotes Tecnológicos” permanece muito tímido e, conseqüentemente, pouco tem contribuído para a transição agroecológica. A maioria das pesquisas desenvolvidas nessas instituições continuam direcionadas ao grande capital, aqui representado pelos grupos agroindustriais ligados à fruticultura para exportação, mostrando a força do paradigma da modernização sob a égide da racionalidade economicista. Poucas são as iniciativas e recursos destinados à agricultura familiar e, menos ainda, aos sistemas sustentáveis de produção orgânica e agroecológica.

É bem verdade que surgiram ações governamentais nesse setor, com destaque para algumas unidades do IFRN, como os de Apodi, Ipangaçu e João Câmara, com maior direcionamento às suas realidades territoriais e mais alinhadas com o enfoque sustentável das atividades agrícolas. Também nas principais universidades públicas já é possível perceber importantes iniciativas de construção e diálogo de saberes com o segmento da agricultura familiar e o processo de transição agroecológica.

Paralelamente a isso existe a escas-

sez de políticas públicas que sejam eficazes para a realidade climática do estado, inserido no semiárido brasileiro e que tem suas características específicas, como o índice pluviométrico que atinge em média 650 mm anuais, concentrados em poucos meses, o que faz com que muitas famílias agricultoras enfrentem sérias restrições em suas atividades de plantar e criar, que são estruturantes para a sustentabilidade desse segmento, inclusive no aspecto da soberania alimentar. Portanto, o estoque de água, alimento (humano e animal) e sementes é estratégico para viabilizar a atividade agropecuária no Semiárido.

Como considerações finais, pode-se afirmar que existem sérios entraves ao desenvolvimento da agroecologia, porém não devemos ficar alheios às possibilidades que nos rodeiam. É importante dar visibilidade para as experiências exitosas, refletindo quais elementos são essenciais para a sua permanência e crescimento. Entre elas, a perseverança em termos de ação de alimentar o sonho da transição agroecológica entre os agricultores, consumidores e atores outros como instituições, movimentos e profissionais. Em resumo, não haverá evolução dos processos agroecológicos sem atitudes concretas dos diversos atores envolvidos.

O campo não é o lugar do atraso e a agricultura familiar não está predestinada a desaparecer! Levando essas premissas em consideração, podemos abrir caminhos às diversas possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica que contribuam para a oferta de alimentos saudáveis à toda a população. Para tanto, faz-se necessário, por parte do poder público, agricultores(as) e seus representantes, uma aposta real, prática e teórica, na construção desse caminho, essencial para a sustentabilidade que almejamos.

Breve Histórico da Agroecologia em Sergipe

Amaury da Silva dos Santos¹

Ana Cristina Oliveira de Almeida²

Edson Diogo Tavares³

¹Embrapa Tabuleiros Costeiros.

E-mail: amaury.santos@embrapa.br

²Universidade Federal do Vale do São Francisco.

E-mail: ac_oalmeida@yahoo.com.br

³Rede Sergipana de Agroecologia.

E-mail: edsondiogo@gmail.com

Diversos setores da sociedade reconhecem a Agroecologia como uma nova forma de promover o desenvolvimento rural sustentável. No entanto, para a construção do conhecimento agroecológico exige-se da sociedade uma complexa mudança de paradigma. Entende-se, no contexto deste artigo a construção do conhecimento agroecológico como a articulação sinérgica de diferentes saberes, que reposiciona as inovações de cada comunidade como

ferramenta metodológica essencial para a criação de ambientes para o diálogo da academia com os agricultores (Petersen et al., 2009). Desse modo, torna-se necessária a participação efetiva dos agricultores para o enfrentamento ao modelo convencional de agricultura imposto pela Revolução Verde, o que requer uma visão sistêmica dos múltiplos fatores que se relacionam nesse processo.

Em função do crescente uso no estado de Sergipe e em outros estados de termos como “agroecologia”, “agricultura

ecológica”, “agricultura orgânica”, “agricultura sustentável”, entre outros, é preciso ter clareza de como o enfoque agroecológico está inserido nas experiências que hoje têm sido desenvolvidas no território sergipano, uma vez que existem trabalhos relevantes de extensão e pesquisa que apostam na Agroecologia para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado.

O objetivo deste artigo é demonstrar as concepções de Agroecologia e das iniciativas agroecológicas nas atividades executadas pelos diversos órgãos públicos, movimentos sociais e organizações não governamentais no meio rural do estado de Sergipe.

Agroecologia e Agricultura Orgânica

Existem confusões e, em alguns momentos, conflitos envolvendo esses dois conceitos. São complementares, mas não são sinônimos, no entanto, estão na contramão do agronegócio promovido por grandes agricultores.

No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) existem ações envolvendo a promoção e fomento à elaboração de normas e a implementação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica. Em Sergipe o MAPA fomenta a Comissão de Produção Orgânica que é formada por diversos órgãos ligados aos setores públicos e privados, que atualmente é coordenado pelo Sebrae. Esta comissão

são promove a produção e consumo de orgânicos, assim como os processos de certificação de produtos orgânicos.

Em Sergipe já são inúmeras as experiências de produtores agroecológicos, mas uma experiência que marca a história da produção orgânica no estado é a da Associação de Produtores Orgânicos do Agreste - ASPOAGRE que, em parceria com a Associação de Engenheiros Agrônomos de Sergipe – AEASE, promove uma feira de produtos orgânicos e mantém pontos comerciais para venda de seus produtos em Aracaju e Itabaiana. A ASPOAGRE existe desde o ano 2000 e têm o Selo Orgânico concedido pelo Instituto Biodinâmico (IBD) desde 2004. Dentre as dificuldades diagnosticadas pelos agricultores da associação está a falta de uma assessoria técnica especializada que possa contribuir para o manejo agrícola, auxiliando na solução de problemas como as perdas devido ao ataque de pragas e doenças.

Dentro desse contexto, considera-se desafiante a Assessoria Técnica de Extensão Rural (ATER), no curto, médio e longo prazo, de consolidação e/ou construção, junto aos agricultores familiares, de estilos de agricultura que fujam do padrão dos “pacotes tecnológicos”. No entanto, na prática o que se detecta em Sergipe e em outros estados são os agricultores buscando suas soluções autonomamente, com apoios pontuais em órgãos de assistência técnica e pesquisa oficial. Em relação à comercialização de produtos de base ecológica, embora o mercado consumidor venha se elevando nos últimos anos, se observam poucas políticas públicas que possam inserir agricultores agroecológicos dentro destes mercados, como são os casos do Programa Nacional de Aquisição de

Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Infelizmente esses programas têm sido descontinuados causando grandes perdas para aqueles agricultores.

Observa-se a necessidade ao estímulo dos mercados locais através de parcerias entre agricultores organizados e gestores municipais através da garantia de mercado, a criação de novos mercados e o resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais, que é o objetivo da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica construída em parceria com a Rede Sergipana de Agroecologia –RESEA instituída pelo Decreto Nº 40.051/2018.

Formação profissional

Muitos esforços estavam sendo feitos para a formação de profissionais que atuam no campo com enfoque agroecológico. O Brasil é, provavelmente, o país no mundo com maior número destes cursos em funcionamento na atualidade, desde o nível médio até a pós-graduação.

Nos cursos de ciências agrárias da Universidade Federal de Sergipe (UFS) diagnosticou-se que em relação à temática de Agroecologia, é relativamente baixa a interação entre os trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos, ainda que apresentem a perspectiva agroecológica, falta em muitos a visão sistêmica. Assim, os trabalhos atendem questões pontuais sem visibilidade, respaldo e atendimento às reais



Figura 1. Mística de abertura de evento público promovido pela Rede Sergipana de Agroecologia evidenciando símbolos de instituições que a compõe. Fonte: Ana Cristina Oliveira de Almeida (2017).

demandas da sociedade. Ainda na UFS, foi criada em 2008 a disciplina optativa de Agroecologia e incorporada em 2009 à grade curricular obrigatória do curso de Engenharia Agrônoma. Mais recentemente, foi criado um novo campus da UFS no Sertão do estado, onde cursos das ciências agrárias foram instaurados. Foi uma luta de movimentos sociais para sua implantação e, observa-se, a presença significativa de filhos (as) de agricultores (as) nesses cursos, onde a Agroecologia tem maior protagonismo que no Campus mais antigo.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) oferece desde 2009 o curso superior de Tecnólogo de Agroecologia, que surgiu por meio da demanda do governo federal em criar novos cursos. Porém, acredita-se que o curso ainda necessita de um maior contato entre os estudantes e os movimentos sociais, e de uma dimensão mais participativa e de vivência com o agricultor. Esta contradição é existente em praticamente todas as instituições de ensino, pesquisa e extensão, onde profissionais que atuam dentro da concepção agroecológica compartilham seus trabalhos com outros profissionais que têm a concepção idealizada pela Revolução Verde. Desde 2011 o IFS disponibiliza o curso de nível médio em Agroecologia no município de Nossa Senhora da Glória, sertão sergipano, que em seu projeto pedagógico prevê uma metodologia que incorpore mais atividades práticas e interação com o agricultor.

Ainda que haja limitações, a criação destes cursos e a oferta de disciplinas de Agroecologia têm um grande papel na disputa de uma concepção de campo e sociedade. Significa a conquista cada vez maior desses espaços, evidenciada pela presença de filhos de

assentados matriculados no IFS, a formação de filhos de assentados no curso de Engenharia Agrônoma da UFS em 2008 e no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia em 2020 em parceria com o PRONERA.

Além das instituições públicas de ensino, existem as organizações estudantis, núcleos e grupos agroecológicos: Centro Acadêmico Livre de Engenharia Agrônoma – CALEA, NEVA e Coletivo Cabeça de Frade que reúnem estudantes de agronomia, engenharia florestal, comunicação social e biologia na UFS, entre outros. Estes fomentam o debate de formação profissional com base na Agroecologia, envolvendo práticas agroecológicas e a relação direta com os movimentos sociais em espaços de formação e vivência da realidade do campo.

Extensão rural

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, instituída pela lei Nº 12.188/2010, surgiu como uma nova diretriz para a assistência técnica, para promover a atuação do extensionista no campo com a priorização das práticas agroecológicas, a utilização de novas metodologias de envolvimento da comunidade e de diagnósticos. No entanto, para que isso ocorresse na prática seria necessário estimular e capacitar os técnicos para essa forma de trabalho que é bem diferente para a maioria daqueles que atuam na extensão rural do nosso país.

Segundo assessores técnicos do órgão público de extensão rural em Sergipe, a EMDAGRO, esta vem contribuindo com a construção da Agroecologia focando na formação dos agricultores, identificando aqueles com perfil para desenvolver práticas agroecológicas, além de promover cursos que trabalham teoria

e prática em unidades demonstrativas.

Segundo o MST, a extensão rural do movimento é de base agroecológica, seguindo as premissas da Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES utilizando o conhecimento local para desenvolver a organização produtiva, cooperação agrícola e reforma agrária. No entanto, as dificuldades existem, pois faltam técnicos capacitados em Agroecologia e recursos financeiros disponíveis para a contratação destes e políticas públicas capazes de chegar até a

base.

Como observado, já há alguma construção do conhecimento agroecológico, ainda que presente em projetos pontuais por falta de financiamentos, entre as organizações que promovem a assistência técnica rural, sejam elas públicas ou movimentos sociais. A contradição que existe nisso é a necessidade de ter a Agroecologia como base da orientação técnica.

Como observado no exemplo do MST, em Sergipe há construção do co-



Figura 2. Imagem de cartaz divulgado pela Rede Sergipana de Agroecologia para identificação e promoção de guardiões de sementes crioulas no estado de Sergipe. Fonte: Ana Cristina Oliveira de Almeida (2017).

nhecimento agroecológico mesmo com financiamentos ainda insuficientes, mas levado a cabo pelos movimentos e organizações, estimulando experiências locais e intercâmbios.

Pesquisa em Agroecologia

Na década de 2010, foram fomentados pelo CNPq a formação de Núcleos de Agroecologia em instituições de ensino e pesquisa. Em diferentes anos e editais, foram contempladas a Embrapa Tabuleiros Costeiros, a UFS e o IFS, que foram importantíssimos na formação de equipes e no fortalecimento das pesquisas e da extensão em Agroecologia no estado de Sergipe.

Devido à forte presença da agricultura familiar e sua importância em Sergipe, a Embrapa Tabuleiros Costeiros tem grande demanda de pesquisas nessa área que se baseiam em tecnologias simples e eficazes, mas não necessariamente vinculadas à perspectiva agroecológica. Destacam-se os seguintes trabalhos de pesquisa desenvolvidos: gestão ambiental, etnociência, restauração florestal, conservação de germoplasma em áreas de conservação; o uso de metodologias participativas e Agroecologia em assentamentos rurais do Estado de Sergipe; redesenho de agroecossistemas com inovações agroecológicas; pesquisas participativas visando a caracterização e avaliação de sementes de variedades crioulas em Sergipe e outros estados.

Na UFS, na área das agrárias, identificou-se pesquisas que

trabalham diretamente a Agroecologia, impulsionadas pelo Núcleo de Agroecologia. Destacam-se: o projeto de pesquisa “Importância sócio-econômica do extrativismo da aroeira no território do Baixo São Francisco”, financiado pelo CNPq, que envolveu várias áreas do conhecimento; Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – NEREN, em nível de mestrado, que surgiu com o objetivo de analisar os sistemas de produção num enfoque sistêmico, colocando a Agroecologia como uma das linhas de ação; Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFS, que foi instituído e coordenado pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, que desde 1994 integra uma rede interdisciplinar interinstitucional e intra-regional, contando com oito Universidades da região Nordeste;

Rede Sergipana de Agroecologia

No território sergipano, em 2006, houve a tentativa de formação de uma rede agroecológica, por ocasião da realização do II Encontro Nacional de Agroecologia. No entanto, perdeu-se o contato e comunicação por falta de entendimento do que poderia ser esse instrumento de organização das entidades. Durante o I Seminário Sergipano de Agroecologia em 2011 resgatou-se a dinâmica de articulação desta rede com participação significativa de organizações, muitas delas citadas aqui neste trabalho. Já em 2012 foi realizado o II Encontro Sergipano de Agroecologia através da parceria UFS e IFS, com participação dos movimentos sociais, sindicato e instituições de pesquisa e extensão rural do estado.

De 4 e 7 de novembro de 2019 na Universidade Federal de Sergipe (UFS) campus São Cristóvão realizou-se o XI

Congresso Brasileiro de Agroecologia, com o tema central “Ecologia de saberes: ciência, cultura e arte na democratização dos sistemas agroalimentares”.

Uma construção longa e participativa envolvendo sujeitos que fazem a agroecologia em Sergipe e no Brasil. Movimentos sociais, coletivos, ONGs e grupos representando os territórios agroecológicos na sua diversidade de gênero, raça, classe, moradia, geração, escolaridade, linguagens e espaços buscando no diálogo a construção de autônias coletivas (Figuras 1 e 2).

Momento fundamental foi a realização em agosto de 2018 do Seminário de Construção do XI CBA, em Aracaju, onde os 80 participantes de organizações, instituições e movimentos sociais que compõem a RESEA, a Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia, a diretoria da ABA, representantes da Articulação Nacional de Agroecologia, além de, estudantes, técnicos e artistas que inspiram a agroecologia no Nordeste definiram coletivamente os objetivos, o lema, as comissões e os princípios que conduziram os processos do congresso.

Além do caráter inovador do processo de construção, da proposta metodológica e do local de realização do evento, o XI CBA foi surpreendente nos números e na diversidade. Foram apresentados mais de 2200 trabalhos científicos e relatos de experiências técnicas. No Espaço de Alimentação Sabores da Terra foram servidas 16 mil refeições (cafés da manhã, almoços e jantares) oferecidas durante os quatro dias do congresso. Para preparação dessas refeições foram utilizadas nove toneladas de alimentos fornecidos por famílias locais ou regionais, em sua maioria praticantes de agricultura de base ecológica, extrativistas ou ribeirinhas. Grande parte das

refeições foi direcionada gratuitamente para alimentação de agricultores e povos tradicionais que participaram do congresso, além de voluntários, conferencistas e convidados.

O CBA do Nordeste, realizado em Sergipe foi um marco da organização e da visibilidade de experiências agroecológicas das famílias agricultoras, movimentos sociais e das instituições de ensino, extensão e pesquisa científica da região Nordeste e do Brasil. O XI CBA deixou a marca do processo democrático de construção, sua metodologia acolhedora e a presença determinante dos povos dos campos, matas e águas.

Considerações Finais

A pequena dimensão geográfica do estado dá facilidade aos deslocamentos e conseqüente integração e troca de experiências realizadas nas suas diferentes regiões. Porém, é necessário um referencial teórico para que os trabalhos realizados possam ter consistência técnica e ética em relação ao conhecimento agroecológico, comprometido com o desenvolvimento de agroecossistemas diante das dimensões ecológica, social, econômica, cultural, política e ética. No âmbito institucional falta um olhar multidimensional nas políticas públicas desenvolvidas no estado que possam de fato contribuir para o avanço do processo de transição agroecológica. A falta de uma relação mais próxima entre as organizações de ensino, pesquisa e extensão implica na dificuldade em avançar acerca da construção da Agroecologia em Sergipe.